

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) ELAINE DE FREITAS OLIVEIRA

A DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL:
o redirecionamento da estratégia naval face à mudança na perspectiva geopolítica no
século XXI

Rio de Janeiro

2023

CC (IM) ELAINE DE FREITAS OLIVEIRA

A DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL:
o redirecionamento da estratégia naval face à mudança na perspectiva geopolítica no
século XXI

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF RAFAEL DE AZEVEDO PEREIRA

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar ao meu lado em todos os momentos e por direcionar meus passos no caminho certo.

Aos meus pais, Nilmo e Jorgina, por todo amor e dedicação, ao longo destes anos, para que eu concluísse meus estudos.

Às minhas cadelinhas, Lara e Rubi, por tornarem meus dias mais alegres.

Ao meu orientador, CF Azevedo, pela disponibilidade, ajuda e direcionamento, que permitiram a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar o redirecionamento das ações de Diplomacia Naval em apoio à Política Externa Brasileira e à segurança do entorno estratégico inserido na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) no período do pós Guerra Fria e, em seguida, responder à seguinte questão: a mudança na perspectiva geopolítica influenciou o redirecionamento da diplomacia naval, modificando a relação entre países a ponto de desencadear conflitos? Para tal, a pesquisa recebeu o suporte teórico de dois escritores, Thomas Dixon (1998) e Joseph Nye Junior (2012), que abordam como as mudanças geopolíticas interferem nos interesses estratégicos, modificam as relações entre países e possibilitam o surgimento de conflitos. Inicialmente, elaborou-se uma lista de fatos relacionados às teorias propostas e avaliou-se aderência destas teorias com os objetivos da Política Externa e com as ações desenvolvidas pela Marinha do Brasil, como vetor da Diplomacia Naval. A partir desta análise, concluiu-se que a escassez de recursos poderá ser uma das causas de conflito no Atlântico Sul e que o Brasil poderá ter seus interesses estratégicos afetados pela influência de potências estrangeiras na região. A análise indicou, ainda, que as mudanças geopolíticas motivaram o redirecionamento da estratégia naval brasileira e que o país precisará dar continuidade ao programa de reaparelhamento das Forças Navais e Aeronavais, investir na indústria de defesa, intensificar o *smart power* junto a países estratégicos da África e manter os exercícios conjuntos para que consiga ampliar a influência internacional e defender os interesses nacionais.

Palavras-chave: Política Externa. Marinha do Brasil. Diplomacia Naval. Entorno Estratégico. ZOPACAS. Atlântico Sul. *Smart Power*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	O Entorno Estratégico do Brasil	
48		
Figura 2 -	Zonas de Paz e Cooperação do Atlântico Sul	
48		
Figura 3 -	Incidentes de pirataria e roubo armado no Golfo da Guiné, 2016-2019	49

LISTA DE TABELAS

- 1 - Transferência de navios militares para países da Região do Golfo da Guiné. Pedidos e entregas realizados entre 2014 e 2022 50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM -	Comando dos Estados Unidos para a África
CEMOS -	Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores
CPLP -	Comunidade dos Países de Língua Português
ED -	Estratégia de Defesa
EGN -	Escola de Guerra Naval
END -	Estratégia Nacional de Defesa
EUA -	Estados Unidos da América
FA -	Forças Armadas
FMI -	Fundo Monetário Internacional
LBDN -	Livro Branco de Defesa Nacional
MB -	Marinha do Brasil
MD -	Ministério da Defesa
MRE -	Ministério das Relações Exteriores
OND -	Objetivo Nacional de Defesa
ONU -	Organização das Nações Unidas
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS -	Organização do Tratado do Atlântico Sul
PEM -	Plano Estratégico da Marinha
PND -	Política Nacional de Defesa
RPC -	República Popular da China
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE -	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS -	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

O

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A DIPLOMACIA NAVAL E A MUDANÇA ORIENTADA PELA GEOPOLÍTICA.....	11
2.1	O CONCEITO ADAPTADO AO SÉCULO XXI.....	11
2.2	CONFLITOS POR RECURSOS NO ATLÂNTICO SUL: REALIDADE DISTANTE?.....	13
2.3	O CANHÃO COMO COADJUVANTE: A ESTRATÉGIA DO PODER INTELIGENTE.....	16
3	BRASIL E SEU ENTORNO ESTRATÉGICO.....	20
3.1	A RELEVÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL.....	20
3.2	A GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL.....	22
3.3	A POLÍTICA EXTERNA E O INCREMENTO DA INDÚSTRIA DE DEFESA.....	24
3.4	POR QUE O ATLÂNTICO SUL GANHOU NOTORIEDADE?.....	25
3.5	A PRESENÇA DAS GRANDES POTÊNCIAS NO ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL.....	26
4	A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA.....	29
4.1	ZONAS DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL – ZOPACAS.....	29
4.2	AS MISSÕES NAVAIS NA ZOPACAS.....	34
4.3	OBANGAME EXPRESS, GRAN AFRICAN NEMO E GUINEX.....	35
4.4	ANÁLISE PROSPECTIVA.....	38
5	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43
	ANEXOS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi um período transformador, regido por mudanças profundas de contexto global e por desafios jamais enfrentados pelas nações, que afetaram suas estratégias e abordagens para resolver os novos problemas. Ao longo desse período, o mundo precisou trabalhar questões complexas relacionadas à segurança marítima, à cooperação internacional e à proteção dos espaços oceânicos.

À medida que o século avançava, o mar se tornou não apenas uma via de comunicação entre os continentes, mas também alvo de interesses geopolíticos por conta de suas riquezas naturais. Neste cenário, a ocorrência de crimes transnacionais, atos de pirataria e até mesmo ações terroristas aumentam e passam a desafiar os Estados a se adaptarem e desenvolverem estratégias eficazes para combater tais ameaças e garantir a segurança marítima.

Nesse contexto, a diplomacia naval, por intermédio da Força Naval, emergiu como uma medida fundamental, visando evitar conflitos, resguardar a segurança no mar e preservar a paz neste ambiente, mediante a implementação de políticas e planos relativos à promoção das relações internacionais, ao fortalecimento de laços com outros países e ao enfrentamento das ameaças emergentes no âmbito marítimo.

O presente trabalho tem o propósito de analisar o redirecionamento das ações da diplomacia naval em apoio à política externa brasileira e à segurança do entorno estratégico desde o fim da Guerra Fria e, em seguida, responder a seguinte questão: a mudança na perspectiva geopolítica influenciou o redirecionamento da diplomacia naval, modificando a relação entre países a ponto de desencadear conflitos? Para tal, a pesquisa terá o suporte de duas teorias e buscará identificar aderências destas com as ações desenvolvidas pela política externa e pela Marinha do Brasil.

Para atender ao propósito, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos, sendo esta introdução o primeiro. No segundo capítulo será explicada a evolução da diplomacia naval, traçando um paralelo entre as teorias da privação relativa de Dixon e o uso inteligente do poder de Joseph Nye. Os conceitos ajudarão a entender o movimento de alguns atores no cenário mundial, quando o assunto é a defesa de seus interesses e a pesquisa fornecerá alguns exemplos relacionados às teorias propostas.

Em seguida, o terceiro capítulo abordará o entorno estratégico brasileiro, trazendo o

Atlântico Sul como alternativa global em termos comerciais e como fonte de recursos naturais. O texto acrescenta ainda, a perceptível mudança geopolítica sobre a importância deste oceano, considerando a escassez de recursos renováveis e a disputa entre a República Popular da China (RPC), potência emergente da Ásia, e os Estados Unidos da América (EUA), para garantir a influência global e a possibilidade de interferir nos assuntos regionais e internacionais daquele espaço marítimo. Assim como mencionará as ações da política externa brasileira para estreitar os laços com os países africanos, com projetos destinados a colaborar com as marinhas amigas. Adicionalmente, citará o plano de desenvolvimento da indústria de defesa com base nos acontecimentos que levaram o Brasil a identificar a tentativa de contenção do seu desenvolvimento, bem como a interferência externa no entorno estratégico.

O capítulo quatro apresentará a estratégia naval brasileira frente às ameaças percebidas pelo Estado. Com destaque para a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS, criada em resposta à necessidade de incrementar o multilateralismo e o diálogo sobre segurança e defesa entre a América do Sul e a África. A relevância das missões navais e o contexto geopolítico da ZOPACAS, identificando como as ações se alinham à teoria da privação relativa e à teoria do *Smart Power*, enfatizando a contribuição da Marinha do Brasil (MB) como instrumento da diplomacia naval na condução dos interesses nacionais.

Além disso, por meio de uma análise prospectiva, será comentada a importância do desenvolvimento da mentalidade marítima no país como condição primordial para que o Brasil possa enfrentar os desafios e oportunidades presentes no ambiente marítimo em constante evolução. Da mesma forma, será levantada a necessidade de se estabelecer maiores vínculos com alguns países, a considerar a relevância deles no cenário geopolítico e a mudança de postura do Brasil com vistas a ocupar e manter posição de potência sul-americana capaz de proteger e resguardar seus interesses no Atlântico Sul.

Finalmente, no quinto capítulo serão apresentadas as conclusões finais da pesquisa, de modo a permitir que as questões levantadas possam ser respondidas. Desta feita, o próximo capítulo abordará a teoria que fundamenta o desenvolvimento da análise.

2 A DIPLOMACIA NAVAL E A MUDANÇA ORIENTADA PELA GEOPOLÍTICA

As últimas décadas do século XX trouxeram novos problemas, com os quais o mundo precisou se adaptar. O ambiente marítimo passou a ser um espaço utilizado para crimes transnacionais, pirataria e terrorismo, sendo estes apenas alguns dos desafios que o Estado procura solucionar. Para isso, ele conta com a Força Naval que atua e põe em prática os seus planos relativos à promoção das relações internacionais, ao fortalecimento de laços com outros países e à cooperação com a segurança marítima no combate aos crimes acima citados.

A Força Naval para alcançar os objetivos do Estado faz uso da diplomacia naval, cujo conceito envolve, além da adoção de práticas e estratégias destinadas a evitar conflitos, manter a paz e a segurança no mar, a capacidade de influenciar as decisões de atores políticos. Neste capítulo teórico, abordaremos, de maneira resumida, a evolução do conceito de diplomacia naval desde a guerra fria, acrescentando sua atuação frente a possíveis conflitos originados pela escassez de recursos. Por fim, será apresentada a Teoria do Poder Inteligente, como uma proposta alternativa para alcançar os objetivos políticos por meio da diplomacia naval.

2.1 O conceito adaptado ao século XXI

Mesmo sendo um assunto antigo, a diplomacia naval foi pouco estudada pelos teóricos do pensamento marítimo. Ainda que houvesse a preocupação de associá-la à estratégia nacional e aos propósitos políticos, sua atuação fora do escopo de guerra foi pouco estudada. O enfoque era ter uma Força Naval forte, capaz de vencer os adversários e que pudesse, através de suas ações, impor suas demandas a outros países (TILL, 2009). A esta abordagem mais agressiva, deu-se o nome de diplomacia das canhoneiras, considerada por alguns autores como sinônimo da diplomacia naval, que utilizava a ameaça e o uso de força militar pelas grandes potências contra países mais fracos (SOUZA, 2018).

Termo cunhado no século XIX, a diplomacia das canhoneiras era a forma pela qual as nações utilizavam suas Forças Navais para intimidar estados que se negavam a aceitar as exigências das potências estrangeiras. Conduta semelhante ficou evidenciada nas relações entre as potências coloniais e os países em desenvolvimento na África, Ásia e América

Latina. A abordagem era justificada como uma ação protetiva a favor dos interesses comerciais, dos direitos de extraterritorialidade ou demandas políticas e econômicas (CABLE, 1994).

Cable (1994) entendia que o objetivo das nações se limitava a deter e coagir o inimigo e, por esta razão, definiu a diplomacia das canhoneiras como

o uso ou ameaça de força naval limitada, exceto como um ato de guerra, a fim de obter vantagem ou evitar perdas, seja na promoção de uma disputa internacional ou contra estrangeiros dentro do território ou jurisdição de seu próprio estado. (CABLE, 1994. p. 14, tradução nossa).

A Segunda Guerra Mundial, porém, conduziu o mundo a tamanha destruição que este conceito começou a mudar. Os países europeus perceberam que o conflito era uma catástrofe que deveria ser evitada de qualquer forma, e para garantir a paz na região, foram empregadas estratégias como a diplomacia multilateral¹, a busca por soluções pacíficas e uma presença militar defensiva (JUDT, 2006).

Ao término da guerra, a Europa ingressou no período conhecido como Guerra Fria. As batalhas tornaram-se ideológicas e militares. A rivalidade entre as superpotências remanescentes levou a maioria dos Estados europeus a se concentrar na defesa e na manutenção da paz, evitando a escalada militar direta e buscando a estabilidade por meio do equilíbrio de poder (JUDT, 2006).

A diplomacia das canhoneiras tornava-se inadequada para a nova realidade e a ameaça nuclear no período da Guerra Fria foi o fator motivacional para que os conceitos de diplomacia naval surgissem amparados por uma força naval condizente com a época. Não seria possível destruir o inimigo, sem causar sua própria destruição. Com base nisto, o conceito de diplomacia naval foi adaptado (WIDEN, 2011).

O cientista político Eduard Luttwak descreveu que o novo papel da diplomacia naval era influenciar os atores políticos pela sugestão, não se utilizando da força bruta. No século XXI, com a diplomacia naval sendo pensada como um instrumento político capaz de exercer ações coercitivas, mas também, usado em demonstrações passivas e sutis de força, o conceito de Luttwak é aderente ao período destas mudanças (WIDEN, 2011).

Os conflitos da atualidade, no espaço marítimo, não se resumem à disputa por territórios ou defesa de interesses políticos ou econômicos. Os mares passaram a ser alvo de

1 A diplomacia multilateral é definida como a cooperação entre países em torno de uma temática/ação de interesse comum.

atividades ilícitas de grupos criminosos, que perceberam a importância do mar como fonte de recursos energéticos e como rota comercial para a maioria dos alimentos consumidos no mundo (LARS WEDIN, 2015).

Segundo Widen (2011), a solução destes problemas poderia ser via diplomacia naval, desde que os objetivos de cada operação pudessem ser separados. Então, deduz-se que a diplomacia naval pode ser utilizada para combater o crime, prevenir conflitos, cooperar para o restabelecimento da segurança marítima e da paz. Contudo, o autor entende que se as operações não tiverem o objetivo de influenciar o comportamento de um Estado, não deverão consideradas no âmbito da diplomacia naval, tornando-se apenas Operações Humanitárias.

Desta feita, percebe-se que o campo de atuação da diplomacia naval se tornou mais amplo e complexo. Dentre os problemas relatados acima, a disputa por recursos naturais no mar tem aumentado nas últimas décadas. E muito embora ainda não se reconheçam no Atlântico Sul conflitos vinculados à escassez de recursos, o assunto já é uma realidade para muitos países. Sendo assim, a próxima seção abordará como acontecimentos em terra, podem se desdobrar para o ambiente marítimo e como a diplomacia naval tem atuado para resolver estas disputas.

2.2 Conflitos por recursos no Atlântico Sul: realidade distante?

O mar deixou de ser uma simples rota de tráfego, ele se tornou um espaço para a produção petrolífera e para a instalação de plataformas eólicas. Adicionalmente, se espera a produção de energia pela instalação das centrais fotovoltaicas e a exploração ordenada dos minerais submarinos ou das algas. A sua utilização para estes fins recebeu o nome de “infraestruturação” e à medida que diversas nações fazem uso e estabelecem seus limites nele, cria-se a chamada “territorialização”²(WEDIN, 2015).

Os recursos marinhos agregam valor estratégico, com a redução dos recursos terrestres. A evolução tecnológica facilitou o acesso a estes recursos, ao mesmo tempo em que motivou o aumento dos pleitos de expansão da Zona Econômica Exclusiva por alguns países. Um bom exemplo é o caso do Mar da China Meridional, contestado pela RPC para

2 O autor define territorialização dos mares como a implantação de fronteiras marítimas para melhor controlar o acesso aos espaços marítimos e aos recursos que eles contêm (WEDIN, 2015, p. 11)

impor sua hegemonia (WEDIN, 2015). Para se contrapor a posição de Pequim, vários países têm exercido a diplomacia naval através de táticas de patrulhamento e presença naval. O intuito é demonstrar força e determinação em relação às reivindicações territoriais e aos interesses chineses (HAYTON, 2014).

A crise mundial de energia é uma realidade e, de acordo com Vidigal (2008), tem colaborado para aumentar a tensão entre os países, pois dificulta a integração e a solução negociada de conflitos. Ainda na visão do autor, a crise pode provocar uma mudança estratégica em âmbito mundial, colocando a América do Sul, em especial o Brasil, numa posição privilegiada como produtor de petróleo e gás, considerando o volume das reservas no pré-sal.

A tentativa de conter o desenvolvimento dos países sul-americanos não é assunto recente, e a reativação da Quarta Frota³ norte-americana na região que abrange a América do Sul, confere mais uma iniciativa americana de interferir nos assuntos externos afetos aos países localizados nessa região. Fora isto, como será visto mais adiante, a ação remete a um comportamento que ratifica a tese de que quando os recursos em terra começam a escassear, países mais fortes tendem a se movimentar para melhor protegerem seus interesses.

Outra região há muito contestada é o Golfo Pérsico. Por ser rica em recursos energéticos, principalmente petróleo e gás natural, sofre intervenções de vários atores. Países como Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita se envolveram em diversos conflitos na região no período da Guerra Fria e ao término dela também. A ocupação do Kuwait na década de 1990, pelo Iraque e a subsequente Guerra do Golfo são exemplos de conflitos motivados por recursos energéticos (BAHGAT, 2003). Não por acaso, na Guerra do Golfo, a diplomacia naval americana atuou de maneira coercitiva, fazendo-se valer de seus meios navais, coordenados com um poderio militar terrestre para alcançar seus objetivos estratégicos no Oriente.

O Mar Cáspio também consta da lista de regiões ricas em reservas de petróleo e gás natural, razão pela qual se tornou motivo de disputas e tensões entre os países que dividem suas margens, como Rússia, Irã, Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão, além de sofrer interferência de outras potências como os EUA e a RPC, que possuem interesse na região. A importância estratégica da região fica evidente com o aumento de forças militares na bacia

3 https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080508_exercitoeuaalfn

do Mar Cáspio. Além disso, as negociações sobre a delimitação das fronteiras marítimas e as divisões dos recursos têm sido um desafio, levando a tensões e potenciais conflitos. A diplomacia naval que os países mais fortes exercem na região se baseia na ação de presença naval, não permitindo muita mobilidade dos países mais fracos militarmente (AKINER, 2004).

Por conseguinte, a história recente relembra que motivações políticas, conflitos sociais, interesses de grupos econômicos e até de cunho étnico e religioso trazem, como questão subjacente, a busca por energia, água, minerais raros e espaço geográfico. Nesse sentido, os espaços marítimos tornaram-se objeto de disputa entre Estados, sendo os recursos naturais, existentes neles, um forte fator motivador (PEM 2040).

No entanto, não se devem valorizar apenas as riquezas do espaço marinho, mas também os países costeiros e seus respectivos interiores. Hoje as potências buscam novas áreas que possam suprir suas necessidades e tanto a América do Sul quanto a África são importantes reservas de recursos naturais sendo, portanto, consideradas fontes alternativas de provisão para os EUA diante de eventuais conflitos ou esgotamento desses recursos em outras áreas (GONÇALVES, 2009). Ainda sobre este assunto, existem relatórios norte-americanos que sugerem a redução da dependência de alguns Estados, para se dedicar a busca de recursos na plataforma continental brasileira, como será descrito na seção que trata sobre a presença de potências estrangeiras no Entorno Estratégico do Brasil

De acordo com a análise realizada por alguns estudiosos, a Teoria da Privação Relativa explica as motivações das disputas e esclarece que a escassez ambiental⁴ em conjunto com outros fatores (econômicos, sociais ou políticos) ajuda a perpetuar conflitos e a gerar instabilidade. A teoria explica ainda, que a sensação de privação pelos Estados decorre de uma lacuna entre o que eles têm e o que acreditam merecer alcançar (DIXON, 1998).

Dixon (1998) percebeu que a dependência de alguns países por recursos não renováveis, os impele a buscar novas reservas, por vezes, fora de seu território e a ação os conduz a uma competição entre países diferentes. Por esta razão, impedir a ocorrência de um conflito se torna difícil, pois não há um equilíbrio de poder entre os atores. A realidade é que os países mais fortes se utilizam do seu poderio econômico e/ou militar para atingir seus objetivos e, em alguns casos, tratam os recursos naturais existentes em seu território como

4 Situação em que os recursos naturais do meio ambiente se tornam insuficientes para atender às demandas da população, em virtude do crescimento populacional, da urbanização descontrolada, da degradação ambiental, do consumo excessivo de recursos naturais, das mudanças climáticas e da poluição.

instrumento de política externa em favor das partes com maior influência política (VARGAS, 2013).

Ao considerar a interferência de algumas potências em outros continentes, não restam dúvidas de que, para manter seu crescimento interno, farão intervenções e irão negociar os recursos necessários. A atuação desses países fornece um panorama do que, em pouco tempo, poderá acontecer às margens do entorno estratégico brasileiro. Caso a diplomacia naval não esteja preparada para atuar, conciliando recursos militares e política externa, terá dificuldade para proteger os interesses nacionais.

O que se percebe até aqui, é que a diplomacia naval pode e deve ser adotada em diversas situações, principalmente, nos assuntos que envolvem os objetivos estratégicos do Estado. Todavia, a nação que pretende resguardar seus interesses deve estar apta a atuar frente às ameaças externas. Há de se compreender que a resolução destas questões nem sempre será pacífica e para evitar quaisquer possibilidades de embate é necessária uma atuação diplomática diferenciada, como será visto na seção a seguir.

2.3 O canhão como coadjuvante: a estratégia do poder inteligente

Como foi dito anteriormente, as nações buscaram maneiras pacíficas de resolver as questões que geravam disputas. Ainda que existissem países dispostos a guerrear, a grande maioria aderiu a esta nova conduta com receio das consequências que poderiam advir. Widen (2011) comentou sobre isto ao afirmar que as “mentes e percepções dos formuladores de políticas” é que precisavam ser conquistadas e, para tanto, toda a movimentação política e militar deveria ser planejada cuidadosamente a fim de que a parte a ser conquistada não se sentisse ameaçada.

Trata-se de saber usar o poder, que, de acordo com Nye Junior (2012), pode ser definido como a capacidade de mudar o comportamento do outro para alcançar o que se deseja. O poder é percebido pelos recursos acumulados, sejam eles tangíveis ou intangíveis. Em geral, os países possuidores de mais recursos, são considerados mais poderosos. Um bom exemplo são os EUA quando se utilizam de sua esquadra, para realizar a diplomacia naval.

Porém, o recurso que vincula determinado país ao poder, se altera conforme a época. Durante a era industrial, isto ocorreu com o petróleo, considerado naquele período o

principal recurso de poder e mais recentemente, com o urânio assim que entramos na era nuclear (NYE JUNIOR, 2012). E pelo fato de estarmos em constante evolução, propícios às mudanças ambientais, em poucos anos, outros recursos poderão se tornar a chave do poder.

Assim, o poder pode se apresentar sob diversos aspectos, no entanto Nye Junior (2012) delimita as definições de “poder militar” e “poder econômico” como os principais que norteiam as discussões nos assuntos globais. Embora ambos possam estar relacionados a recursos materiais e imateriais, convertê-los em estratégias que produzam os resultados desejados, vai depender dos contextos situacionais e da habilidade de cada país. Contudo, é relevante mencionar que o poder informacional e o cibernético ocupam hoje, um espaço que há dez anos o autor não havia considerado, se tornando um assunto que possui aderência ao *soft power* e à diplomacia naval.

Estas habilidades a que se refere Nye Junior (2012) têm correlação com as ações do Estado que possibilitem à diplomacia naval obter os resultados a que se propõe. Isto significa que a diplomacia não atua de maneira isolada, o Estado precisa dispor de meios materiais que colaborem com a sua missão. Então o Estado que souber mesclar recursos de *soft power*⁵ e *hard power*⁶, estará na verdade, exercendo o poder inteligente e aumentando a probabilidade de sucesso diante de uma meta traçada. O *smart power*⁷ do século XXI que almeja elaborar estratégias bem-sucedidas, precisa obrigatoriamente, identificar: as prioridades adaptando os meios aos fins, a disponibilidade dos recursos de acordo com os cenários possíveis, as preferências dos alvos e sua posição no contexto global, os comportamentos de poder que teriam mais chances de êxito e por fim, a probabilidade de sucesso (NYE JUNIOR, 2012).

O comportamento de poder mencionado acima, diz respeito à abordagem que o país adotará, isto é, se exercerá o poder baseado no comando autoritário ou se buscará o *soft power*, cuja ação envolve a capacidade de persuadir e influenciar, sem que haja o uso da força. O poder duro, por não ser o foco deste trabalho, não será explicado. O enfoque será dado ao segundo, que se trata de uma forma de poder onde os resultados são atingidos, por meio da conquista das mentes (NYE JUNIOR, 2012).

O processo de atração pode ocorrer por ideais compartilhados, causas defendidas, ensino do idioma, cultura, valores etc. O exercício conjunto entre duas ou mais forças navais

5 Poder brando (tradução nossa).

6 Poder duro (tradução nossa).

7 Poder inteligente (tradução nossa).

pode ser entendido como uma estratégia da diplomacia naval por meio do *soft power*. O objetivo é sempre, ir ocupando espaço, para ganhar a confiança do outro, até que este não perceba os riscos e vá aos poucos, reagindo da maneira como se deseja (NYE JUNIOR, 2012).

Este poder é transmitido aos demais países mediante a posse de alguns recursos e Nye Junior (2012) entende que os principais estão justamente ligados à cultura, aos valores políticos e às políticas externas. Para que o país cumpra o seu papel de influenciar os outros na direção dos resultados desejados, ele precisa cumprir algumas condições, sem as quais dificilmente terá êxito. Primeiro, procurar ensinar sua cultura em locais onde ela seja atrativa; em segundo lugar, os valores políticos devem ser adotados interna e externamente; e, terceiro, a política externa do país deve ser apoiada pelos demais países e estes devem enxergá-lo com autoridade moral.

O autor considera o *soft power* associado ao poder militar e não enxerga este poder como um substituto aceitável do *hard power*, ainda que a história esteja repleta de líderes que se utilizaram do *soft power* para cometer atrocidades. O ideal seria combiná-los, pois um poder militar forte pode aumentar a capacidade de atração de um país, através do estabelecimento de uma rede transnacional de cooperação e programas de treinamento conjunto entre militares (NYE JUNIOR, 2012).

Tal qual o poder militar, o poder econômico pode ser uma ferramenta do *soft power*, porém da mesma forma que ele pode atrair, poderá ser usado para coagir também. Neste caso, para melhor entender as causas e identificar corretamente os motivos da atração ou coação, é necessário investigar em detalhes cada caso em particular. No capítulo quatro, a questão da indústria naval brasileira será resumidamente apreciada, permitindo um melhor entendimento da influência do poder econômico.

Para Nye Junior (2012), a utilização do *soft power* em uma estratégia de Estado, esbarra em três obstáculos: o primeiro, é saber se está funcionando, mantendo um acompanhamento do agente que se quer influenciar; o segundo fator, se refere ao retorno do tempo investido, que costuma ser de longo prazo; e o terceiro, é o fato de não poder ser controlado inteiramente pela política de Estado, justamente por ter um forte apelo junto às sociedades civis.

Em outras palavras, significa dizer que se não for reconhecido como algo que esteja de acordo com a cultura e valores desta sociedade, ele não terá o efeito esperado. Neste aspecto, a presença de oficiais de marinhas amigas para a realização do Curso de Estado

Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) no Brasil, é um exemplo de como tem funcionado bem a estratégia adotada pela diplomacia naval brasileira ao oferecer capacitação aos militares e ao mesmo tempo, promover o intercâmbio cultural entre os países.

Sem dúvidas, não serão em todas as situações que este modo de ação poderá ser aplicado, pois dependerá do objetivo político que se pretenda alcançar. Entretanto, em assuntos que envolvam o meio ambiente, promoção da democracia, os direitos humanos e a liberdade, ele será uma excelente opção, em substituição à imposição pela força. Fato que se evidencia no mundo globalizado atual, em que os atores não governamentais atuam e influenciam as ações governamentais, exigindo maior integração do *soft power* nas ações do *smart power* (NYE JUNIOR, 2012).

Ao considerar os diferentes atores e sua importância na geopolítica mundial, uma estratégia inteligente deverá considerar os diferentes níveis de poder em diversificados domínios e entender os compromissos entre eles. Além disso, deverá entender como o poder será exercido com alguns países, principalmente, no que tange às questões que tratam sobre ameaças transnacionais e mudanças do meio ambiente, realizando uma política de cooperação para que todos sejam beneficiados e ninguém possa ser excluído (NYE JUNIOR, 2012).

Assim, ao finalizar este capítulo, observa-se que as mudanças geopolíticas acarretaram alterações nas causas dos conflitos e no modo como os países passaram a agir para alcançar os objetivos. Identificou-se que a escassez de recursos aliada a fatores econômicos e sociais, pode ser o estopim de disputas. O poder inteligente que mescla força militar e a capacidade de influenciar, sem o uso da força, tornou-se uma alternativa bem-sucedida de repelir a guerra. Desde modo, com vistas a verificar a adequação dos conceitos apresentados, o capítulo seguinte dará ênfase ao Atlântico Sul e à sua importância para o Brasil, correlacionando a região com os objetivos estratégicos nacionais e a atuação da Marinha, via diplomacia naval, para alcançá-los.

3 **BRASIL E SEU ENTORNO ESTRATÉGICO**⁸

Os fatores geopolíticos continuam sendo relevantes para compreender as ações dos atores políticos e suas conexões no cenário internacional. Os oceanos passaram a ter maior destaque na abordagem geopolítica, por cobrirem mais da metade da superfície terrestre e por serem fonte de riquezas e reconhecidas vias de comunicação entre os continentes. Este capítulo pretende realizar uma breve análise do Atlântico Sul no que tange à sua importância global, regional e local, abordando aspectos econômicos e estratégicos.

A primeira seção descreve como o mar passou a colaborar com a economia dos países, especificando o Atlântico Sul como um oceano considerado secundário a nível global, mas com papel relevante a nível regional para a economia e a estratégia de países como o Brasil. Na segunda seção será abordada a questão da segurança marítima, a partir de eventos envolvendo a África; o posicionamento de países favoráveis à junção da parte Norte e Sul do oceano Atlântico como uma bacia única; e a iniciativa estadunidense de instalar uma Quarta Frota na Flórida. A terceira seção correlaciona as políticas externa e de defesa no Brasil e enfatiza o incremento das iniciativas externas para fomentar a indústria de defesa nacional. A quarta, descreve como o Atlântico Sul ganhou importância com a crise global e com a descoberta de variadas fontes de riquezas naturais. Por fim, a quinta seção aborda a presença da RPC e dos EUA no entorno estratégico brasileiro (FIG.1).

3.1 A relevância do Atlântico Sul

Segundo Mahan (1987), o mar é um caminho por onde pessoas e mercadorias fluem pelo transporte marítimo e cuja proteção é realizada pelas marinhas de guerra. A história do poder marítimo demonstra como o transporte tem influência no comércio, na riqueza e poder das nações, intensificando disputas que culminaram em conflitos armados.

Há algum tempo o mar deixou de ser apenas via de comunicação e passou a ganhar importância, à medida que novas pesquisas e tecnologias demonstraram o potencial dos recursos marinhos e possibilitaram a exploração econômica destas riquezas. A valorização do espaço marinho permite que a globalização se expanda através do comércio, porém

⁸ O entorno estratégico, previsto na Política Nacional de Defesa (PND), encaminhada para aprovação, inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.

também traz impactos para as questões de segurança e defesa relacionadas aos oceanos. Uma destas questões se refere à delimitação de fronteiras marítimas, que embora prevista pelas Nações Unidas na Convenção para o Direito do Mar, muitos Estados não são signatários da Convenção, entre eles os EUA, o que tem gerado muitas tensões por envolver interesses divergentes de Estados (SILVA, 2014).

O desenvolvimento do poder marítimo está interligado com a globalização. Percebe-se que, à medida que a globalização se intensifica, o poder marítimo se desenvolve. Com a parte econômica acontece o mesmo, pois verifica-se que o aumento da globalização influencia o fluxo das transações comerciais e, por conseguinte, há o desenvolvimento do transporte marítimo. Como 80% do comércio mundial é feito pelo mar, é fácil deduzir que o sistema de comércio globalizado, depende do bom funcionamento do sistema marítimo mundial (SILVA, 2014).

O Atlântico Sul, mesmo fazendo parte deste sistema, tem tido menor importância relativa, pois no aspecto global, o tráfego mais importante ocorre entre os Estados Unidos da América, a Ásia e a Europa. Pelo Atlântico Sul passam apenas os navios que não podem seguir uma rota mais curta, usando os canais de Suez e do Panamá, mas a expectativa é de que este oceano ganhe mais importância com a atuação do Brasil e com o desdobramento do crescimento econômico da Argentina e dos países africanos, bem como o comércio exterior entre estes e as maiores economias do mundo (SILVA, 2014). Ainda sob o aspecto econômico, acrescenta-se a oferta de insumos que existem tanto na América do Sul, no triângulo do lítio e na Elevação do Rio Grande, quanto na região da África, rica em hidrocarbonetos e outros metais.

No âmbito regional e local, o sul do Atlântico tem importância fundamental na economia e na geopolítica. Este oceano representa para o Brasil uma via de transporte essencial para seu comércio exterior; fonte de riquezas, dentre elas, o petróleo; espaço fundamental para sua defesa; e o meio pelo qual pode realizar, junto à comunidade internacional, sua projeção marítima (SILVA, 2014).

Outrossim, cabe ressaltar que o Brasil tem jurisdição sobre um espaço marítimo que corresponde à cerca de 3,5 milhões de km² e pleiteia junto à Organização das Nações Unidas (ONU) a extensão da sua plataforma continental. Caso o pleito seja aceito, o Brasil terá jurisdição sobre espaços marítimos que representarão cerca da metade da sua área

continental⁹. É desta área, conhecida como Amazônia Azul, que é extraída a maior parte do petróleo brasileiro e é onde se encontram as maiores reservas deste ativo (SILVA, 2014).

Compreende-se, então, que o entendimento sobre a importância dos oceanos vem ganhando força, à medida que suas riquezas são descobertas e o homem, através de tecnologia e pesquisa, tem a chance de explorá-las. Neste contexto, a inevitável dependência do Atlântico Sul permitirá ao Brasil, identificar suas fragilidades e estabelecer ações estratégicas com o objetivo de mitigá-las.

3.2 A geopolítica do Atlântico Sul

No quesito segurança e defesa, a região também foi relegada em termos globais. Assim tem sido desde a ocorrência das duas grandes guerras, permanecendo até os dias atuais. Já no âmbito regional e local, a globalização tem ocorrido em um contexto de integração regional e a América do Sul tem acompanhado esta mudança (KATZENSTEIN, 1996).

Após a Guerra Fria, as regiões passaram a ter maior autonomia para interagir, desconsiderando a influência que os EUA e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) exerciam sobre o eixo Sul. Isto explica a maior interdependência em relação à segurança entre os países de uma determinada região, do que com atores que não pertençam à área, incluindo as grandes potências (BUZAN; WAEVER, 2003). Todavia, a existência de uma autonomia relativa, não afastou a presença de atores extrarregionais que possuem posições no Atlântico Sul, como a Grã-Bretanha e a França.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) enxerga esse oceano como uma extensão natural de seus interesses. Ela se vale das possessões desses dois países, como posições que permitem que esse oceano possa ser mantido sob controle no caso de qualquer eventualidade relacionada com ameaças na região, ou seja, as possessões são bases de apoio para futuras necessidades de segurança envolvendo os interesses da OTAN (SILVA, 2014).

Para alguns autores portugueses, as regiões passíveis de intervenções da OTAN são o Grande Oriente Médio e a África Subsaariana, em virtude das novas ameaças com as quais

9 <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/noticias/o-que-%C3%A9-amaz%C3%B4nia-azul-e-por-que-o-brasil-quer-se-tornar-pot%C3%Aancia-militar-no-atl%C3%A2ntico>

eles convivem (terrorismo, pirataria etc.) e a diplomacia portuguesa tem se esforçado para inserir o Atlântico Sul nas preocupações daquela organização e da União Europeia, baseando-se na ideia de que não se pode pensar na segurança deste oceano, se ele faz parte de um espaço geoestratégico dividido – Norte e Sul (SILVA, 2014).

A intenção de alguns países em inserir o Atlântico Sul nos interesses estratégicos da OTAN foi divulgado, inclusive, pelo ministro da Defesa de Portugal em 2010¹⁰. Na época, o ex-ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, afirmou que via com reservas estas iniciativas de associação das duas partes, visto que o Atlântico Sul é para o Brasil uma área geoestratégica de interesse vital (JOBIM, 2010).

Apesar da opinião do ex-ministro, os EUA e a Europa fomentam esta ideia de junção dos oceanos. Em 2009, inclusive, instituições da região patrocinaram a publicação de um trabalho que propunha a chamada Iniciativa da Bacia do Atlântico, na qual estes dois atores aumentariam a interação com os países do Atlântico Sul com o intuito de aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios, tais como o combate ao crime organizado, às drogas e a outros desafios internacionais (SILVA, 2014).

Outro importante ator no Atlântico Sul, são os EUA. Possuidores de uma força naval capaz de atuar globalmente, o país lidera os esforços para manter o sistema marítimo mundial protegido contra ameaças. Neste sentido, ele tem incentivado conceitos como “segurança cooperativa”, onde as demandas relacionadas à segurança marítima e os custos de manutenção da segurança global são compartilhados com atores regionais (SILVA, 2006).

Neste cenário, interessa aos norte-americanos manter a estabilidade e a segurança no Atlântico Sul, em primeira instância, pelos Estados da região, desde que a liberdade de navegação não seja afetada e que permita a atuação daquele país quando necessário. A localização da Quarta Frota americana reflete esta intenção, ao colocar seu campo de atuação englobando o Caribe e as Américas Central e Sul (SILVA, 2014).

Ademais, sob o ponto de vista de Vidigal (2008), o aumento do interesse por esta região também estaria associado às descobertas de petróleo anunciadas pelo Brasil na sua plataforma continental, uma vez que os EUA não reconheceram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que concede ao país costeiro o direito exclusivo sobre os

10 “The South Atlantic is ‘strategic’ and should be included in ‘the lines of fundamental action’ for NATO during the coming decade”, says Portugal’s defence minister (NATO...,2010)

recursos vivos e não vivos na sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), na plataforma continental, no seu subsolo e nas águas sobrejacentes. Admitindo, em determinadas condições, o direito do Estado costeiro sobre recursos do solo e subsolo, além das ZEE (VIDIGAL, 2008).

O final da Guerra Fria contribuiu para que as regiões situadas ao sul do Atlântico tivessem maior liberdade de ação, o que de fato aconteceu com o aumento do comércio marítimo, motivado pelo aumento da globalização. O Atlântico Sul começa a ser percebido pelas ocorrências envolvendo a África Subsaariana, que envolvem a pirataria. Mesmo assim, Portugal não consegue incorporá-lo na estratégia da OTAN. Porém, com a reativação da Quarta Frota na Flórida, percebe-se a mudança de percepção dos estadunidenses em relação à importância desse oceano. Portanto, não seria errôneo concluir que eles poderão ser um obstáculo aos interesses brasileiros envolvendo o Atlântico Sul.

3.3 A política externa e o incremento da indústria de defesa

Nas últimas décadas, a cooperação internacional tem sido o caminho escolhido pela política externa para ampliar a influência do Brasil, não apenas no ambiente interno, mas principalmente, para além do entorno estratégico. Com a intenção de resgatar relações históricas, o governo brasileiro utiliza a cooperação Sul-Sul para se projetar, buscar diversificar a economia e os parceiros políticos e reforçar a segurança nacional através do apoio mútuo em diversas áreas, incluindo defesa, com países em desenvolvimento. Com o intuito de fomentar projetos na área de defesa, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC)¹¹, atuou junto às Forças Armadas (FA) na capacitação de militares de diversos países africanos, entre eles, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Senegal, Benin, Nigéria e Angola (ABDENUR; MARCONDES NETO, 2014).

A cooperação Sul-Sul em defesa tem projetos diversificados, mobilizando diversos setores das FA no desenho e implementação de programas voltados para as seguintes áreas: treinamento; fornecimento de armas e equipamentos; colaboração em pesquisa; projetos de ciência e tecnologia; e exercícios bilaterais ou multilaterais. Além do papel desempenhado pelas FA, empresas públicas e privadas da indústria de defesa, tais como a Embraer, a

^{11A} Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi criada em 1987 para planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do País para o exterior e do exterior para o País, sob os formatos bilateral, trilateral ou multilateral.

Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e a Taurus, apoiam a fabricação e exportação de equipamentos e armamentos. Entende-se, desta forma, que a crescente vinculação entre as políticas externa e de defesa reflete esta diversidade de atores envolvidos nos assuntos de defesa (ABDENUR; MARCONDES NETO, 2014).

Alinhados à política externa do Governo, o Ministério da Defesa (MD) coordenou a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), cujas propostas de ações para fortalecer as políticas acerca da Indústria Nacional de Defesa, envolvem a modernização e a expansão da capacidade militar brasileira como novas prioridades, com o objetivo de dotar a indústria militar de autonomia tecnológica. Ao final, o conjunto dessas iniciativas, com vistas a incrementar a indústria de defesa, contribuiu para que as exportações de produtos de defesa chegassem a US\$ 1,71 bilhões¹², em 2021.

Considera-se que as ações adotadas pela política externa no transcurso das duas últimas décadas, contribuíram para que houvesse um incremento da Indústria de Defesa e se ampliasse o debate em torno de questões estratégicas envolvendo o Atlântico Sul. O intuito de expandir a influência do Brasil no seu entorno estratégico, permitiu um estreitamento de laços com alguns países da África, como será visto no capítulo quatro, traduzido pelos treinamentos militares, capacitação de militares daquele país, fornecimento de armas e exercícios conjuntos, o que em resumo, colaborou para aumentar a segurança marítima e pôr em prática a ideia de ser responsável pelo espaço marítimo que ocupa.

3.4 Por que o Atlântico Sul ganhou notoriedade?

Como mencionado no capítulo anterior, com o fim da Guerra Fria, os países da América do Sul passaram a ter maior liberdade para gerenciar seus interesses e, no caso brasileiro, o pensamento estratégico sobre o Atlântico Sul foi ressignificado. Três fatores contribuíram para a mudança, sendo a crise global o primeiro deles. Em 2008, com o “norte global” mais escasso de recursos, o Brasil é obrigado a diversificar suas parcerias na área de comércio e investimento com os outros países em desenvolvimento. O segundo fator foi a contestação da liderança política regional do Brasil, por alguns países da América do Sul, o que levou o então presidente Lula a buscar apoio do outro lado do

¹²Palestra do Diretor de Promoção Comercial da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), realizada na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, em 05 de abril de 2023.

Atlântico Sul. Por último, o aumento da importância dos recursos naturais do oceano para a economia (ABDENUR; MARCONDES NETO, 2014).

Ademais, grande parte do comércio exterior do Brasil utiliza as rotas marítimas que passam pelo Atlântico Sul. Além disso, as descobertas de novas reservas *offshore*, bem como a perspectiva de exploração de petróleo no pré-sal elevaram a preocupação com a segurança marítima e fez com que o governo aumentasse os gastos com a defesa naval. O programa de reaparelhamento e adequação da Marinha representou, em termos percentuais, um aumento de 0,9%, em 2007, para 6% do orçamento do MD em 2010 (ABDENUR; MARCONDES NETO, 2014).

3.5 A presença das grandes potências no entorno estratégico do Brasil

Com o fim da URSS, o mundo tinha a expectativa de que a supremacia norte-americana se faria sentir de forma mais sutil. No entanto, contrariando as expectativas, os EUA foram impondo seu poderio militar a nível mundial, valendo-se de sua influência na ONU e na OTAN, adotando posições unilaterais e realizando acordos estratégicos bilaterais ao longo dos anos 90. Ademais, os norte-americanos enquadraram o poderio asiático e europeu, buscando neutralizar a Rússia e a RPC. (PADILHA, 2016).

Nos anos 2000, decidiram reativar sua Quarta Frota Naval para controlar o Atlântico Sul. Desde então, os norte-americanos realizam operações frequentes que envolvem exercícios da Força Naval com o apoio de suas instalações militares sediadas na Ilha de Ascensão e de dois comandos militares para operar na região. Ainda, logo após a reativação, houve a assinatura do acordo militar com a Colômbia no período da administração de Barak Obama, o que lhe permitiu ter acesso a sete bases aéreas e navais, no território colombiano, interrompendo os planos de defesa conjunta e autônoma do continente, dos quais o Brasil era líder (PADILHA, 2016).

Segundo Gonçalves (2009), os interesses dos estadunidenses na América do Sul, especificamente no Brasil, e no Atlântico Sul, foram expressos em um artigo do diretor da National Review, Rich Lowry, publicado em 18 de julho de 2002. No mencionado artigo, Paul Michael Wihbey, investigador do IEEPA (*Instituto de Estudios Estratégicos y Políticos Avanzados*), compartilha sua opinião de que os EUA

Devem deixar de depender do petróleo do Golfo Pérsico e em vez disso

obter o controle estratégico dos grandes campos petrolíferos do Atlântico Sul, tanto na África Ocidental como na plataforma continental do Brasil (LOWRY, 2002).

Atualmente, EUA e RPC estão envolvidos em uma disputa por lítio na América do Sul. O metal está presente na Argentina, Bolívia e Chile, e somadas, as reservas dos três países representam mais da metade do lítio mundial. Necessário para fabricar baterias de carros elétricos e fundamental para a transição energética, as duas potências usam o mesmo discurso e alegam que o lítio é apenas um dos minerais fundamentais para a prosperidade econômica e a segurança nacional de seus países (BARRÍA, 2023).

O Brasil é detentor de reservas de lítio, e de acordo com o levantamento realizado em 2017, estima-se que essas reservas possam representar cerca de 8% das reservas globais. O lítio brasileiro é considerado um "mineral estratégico", um conceito que se consolidou durante a Guerra Fria. Nesse contexto, o lítio está relacionado à situação de outros minerais como cobalto, tântalo e outros, que são vistos como potenciais "portadores do futuro" em diferentes perspectivas (FORNILLO, 2019).

Ainda sobre o lítio, desde 1989, foram estabelecidos diversos mecanismos com o objetivo de proteger a indústria nacional e salvaguardar as atividades de industrialização, importação e exportação de minerais de lítio, produtos químicos orgânicos e inorgânicos, bem como as várias composições fabricadas à base de lítio ou seus derivados, devido ao interesse no campo da energia nuclear. A busca por uma indústria nacional de produção de lítio comprometeu as relações com os norte-americanos, que não compartilhavam da mesma ambição brasileira de dominar a tecnologia nuclear, o que acabou atuando como uma restrição (FORNILLO, 2019).

Em relação à RPC, Visentini (2014) relata que, nas últimas décadas, sua presença na África tem se fortalecido consideravelmente. Embora o contato entre a RPC e a África remonte a séculos, foi a partir da Revolução Chinesa¹³, da Conferência de Bandung¹⁴ e do movimento anticolonialista que surgiram condições propícias para uma nova forma de cooperação entre os dois lados, baseada em apoio diplomático, revolucionário e colaboração em diversos setores da sociedade.

13Processo revolucionário motivado pela luta dos camponeses por terras e a luta do povo chinês pela independência nacional, que transformou a China em uma nação comunista.

14Grande reunião internacional que tinha como principal objetivo mapear o futuro da força política global, planejando manter uma política de cooperação econômica e cultural entre a Ásia e a África, se opondo ao colonialismo ou neocolonialismo realizado por parte dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A demanda crescente da RPC por commodities tem sido altamente benéfica para as economias africanas, proporcionando um crescimento econômico real e contribuindo significativamente para o desenvolvimento do continente nos últimos tempos. Essa demanda tem permitido que os Estados africanos se tornem menos dependentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), ao captarem divisas por meio da exportação de recursos naturais, por exemplo (VISENTINI, 2014).

Além disso, a RPC tem investido em uma variedade de setores na África, como petróleo, mineração, agricultura e energia, oferecendo empréstimos e assistência técnica para impulsionar o desenvolvimento econômico e social dos países africanos. Com preços acessíveis, os produtos chineses têm conquistado um espaço importante no comércio africano, tornando esse país um parceiro comercial crucial para o continente. Entretanto, a crescente presença chinesa na África também tem levantado preocupações quanto à exploração dos recursos naturais, à falta de transparência e à sustentabilidade dos projetos chineses no continente (VISENTINI, 2014).

A cooperação militar com os países africanos é outro campo que vem se desenvolvendo ao longo do Atlântico Sul (Abdenur; Marcondes Neto, 2013) e coincide geograficamente com as áreas priorizadas pela cooperação em defesa do Brasil. O acordo da RPC com a Namíbia, por exemplo, envolve a construção de embarcações para a Marinha do país (NKALA, 2012). Angola e Nigéria estão entre os outros países africanos que contam com o investimento chinês para alavancar projetos navais e de infraestrutura urbana.

Nos últimos anos, o crescente número de ilícitos, como pirataria, pesca ilegal e crimes transnacionais intensificaram a necessidade de vigilância no Golfo da Guiné. Sob a alegação de apoio mútuo, diversos países têm realizado exercícios com a Marinha Africana na região, de modo a marcar sua presença e interesse no Atlântico Sul. A Diplomacia Naval, neste aspecto, torna-se instrumento do poder nacional para facilitar o alcance dos objetivos estratégicos. Então, considerando todos os fatores apresentados até aqui, que colocam o Atlântico Sul como possível objeto de disputas, o próximo capítulo analisará se a estratégia naval brasileira possui aderência com temas propostos e, por analogia, vinculados aos interesses geopolíticos globais.

4 A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA

O presente capítulo tem o propósito de analisar o redirecionamento das ações da diplomacia naval em apoio à política externa brasileira e à segurança do entorno estratégico desde o fim da Guerra Fria, tendo em vista percepção de ameaças e a interferência de atores extrarregionais. Tais iniciativas serão avaliadas de modo a reconhecer a possível aderência com a teoria da privação relativa e a responder a questão da pesquisa. Para atingir o propósito, a primeira seção destacará a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS, que surgiu em resposta à necessidade de se incrementar o multilateralismo e aumentar o diálogo sobre segurança e defesa no âmbito da América do Sul e África.

Em seguida, a segunda seção descreverá a relevância das missões navais no contexto geopolítico da ZOPACAS, identificando as ações que possuem aderência com a teoria do *smart power*. Destarte, a contribuição da Marinha do Brasil (MB) como instrumento da diplomacia naval na condução dos interesses nacionais, com ênfase nos pontos positivos e nas oportunidades de melhoria. Finalizando com a necessidade de desenvolvimento da mentalidade marítima no país, como condição primordial para que o ambiente marítimo continue a se desenvolver.

4.1 Zonas de paz e cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul foi criada em 27 de outubro de 1986, a partir da Resolução 41/11 da ONU (FIG. 2). Concretizavam-se os esforços brasileiros, em concertação com um importante grupo de atores regionais, de manter o ambiente sul-atlântico livre de ameaças, fossem elas de ordem político-militares, ou ambientais. À época, a criação da ZOPACAS refletia o temor de que a Guerra Fria transferisse para o Atlântico Sul as tensões asiáticas e ampliasse as africanas (BARBOSA, 2015).

Antes de sua criação, apoiada pela percepção de que o comunismo poderia se espalhar pelo Atlântico Sul, a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) se tornou uma opção aos países ocidentais, defendida por estadunidenses, sul-africanos e pelos governos militares argentinos e uruguaios. A primeira aproximação de África do Sul e Brasil acontece ainda em 1967, um ano após o início do governo de Vorster (1966-78) e sua política “de movimento para fora” ou “diálogo”. Neste ano, representantes da Marinha da África do Sul

visitaram o Brasil e a Argentina – onde exercícios navais conjuntos foram realizados – e frisaram repetidamente a necessidade de criar-se uma iniciativa conjunta para a segurança do Atlântico Sul, contra a ameaça soviética (HURRELL, 1983).

Em realidade, o temor de uma invasão soviética era advindo da crise em Angola. Todavia, essa ameaça não se mantinha, já que, apesar do auxílio militar soviético e cubano, a própria Constituição da República Popular de Angola proibia a concessão de bases a estrangeiros. Somado a isto, o Comitê de Defesa da União Europeia Ocidental concluiu também que a presença soviética não era substancial (VIEGAS FILHO, 1982). Assim, os dados acerca da navegação de meios navais soviéticos no Atlântico demonstravam que a expectativa estadunidense de que a URSS estivesse aumentando sua participação no Atlântico Sul era improvável.

Neste cenário, o Brasil ainda não havia se posicionado em relação à proposta da OTAS e a pressão internacional para que o país formulasse uma política mais concreta crescia. O governo do Brasil reconhecia a necessidade da criação de um mecanismo de segurança e defesa do Atlântico Sul, mas defendia um projeto cooperativo que envolvesse apenas os países da região. Segundo Viegas Filho (1982), para o país, a criação de uma organização para defesa do Atlântico Sul que excluísse a África, além de supérflua, poderia ser fator de divisão regional, reforçando os vínculos dos países africanos com a URSS. Logo, se excluía a possibilidade de concretização da OTAS. No entanto, o país continuava sendo visto como aliado dos EUA e Portugal, uma vez que ainda não havia formalizado seu posicionamento (BARBOSA, 2015).

O interesse do Brasil pela região era evidente, como pode-se exemplificar com algumas iniciativas. Primeiro, havia o projeto brasileiro de expansão das representações diplomáticas no continente africano - o qual permitiu a abertura de seis embaixadas. Em segundo lugar, o fomento às relações econômico-comerciais auxiliou no início das atividades da Braspetro¹⁵, da Vale¹⁶ e da Odebrecht¹⁷ na África. Marcado pela crise petrolífera de 1973, o então presidente brasileiro Ernesto Geisel (1974-79) praticava seu pragmatismo responsável para o continente africano (VISENTINI, 2012a; JARDIM, 1991). Adicionalmente, o reconhecimento da independência de Angola e condenação do regime do Apartheid serviam

15 A Braspetro foi uma subsidiária da Petrobrás, responsável por atividades da companhia no campo internacional.

16 Empresa global do ramo de mineração sustentável que está presente em diversos países.

17 Holding que gerencia um portfólio diversificado de negócios e investimentos nos setores de engenharia e construção, imobiliário, petroquímica, agroindústria, óleo e gás e investimentos em infraestrutura e energia.

como garantia para os africanos de que o governo brasileiro estava traçando um caminho autônomo aos dos EUA e dos países europeus.

Dentro deste contexto, em 1976, uma iniciativa nigeriana ajudaria a impulsionar a criação do projeto da ZOPACAS. Em um seminário realizado em Lagos, com apoio do Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais, foi lançada a Doutrina Akiniemi para defesa e segurança do Atlântico de uma maneira autônoma. Criada pelo Professor Bolaji Akiniemi, a iniciativa intentava formular uma versão da Doutrina Monroe para o Atlântico Sul, tendo como base a parceria entre Nigéria, Angola e Brasil. De acordo com Akiniemi, a força destes três países juntos seria capaz de impedir qualquer ação indesejada de EUA e União Soviética na região (BARBOSA, 2015).

A abertura do seminário foi realizada pelo Ministro das Relações Exteriores nigerianas General Joseph Garba, o qual destacou a importância de manter a região autônoma - um ambiente de cooperação baseado na segurança cooperativa e no respeito às diferenças. A proposta não foi oficializada porque o governo nigeriano considerou que havia posições divergentes quanto ao assunto dentro da administração. Recorda-se, contudo, que quando a proposta brasileira de criação da ZOPACAS foi oficializada, se encontrava como representante permanente da Nigéria na ONU e Presidente da Assembleia Geral o General Garba, agregando positivamente à proposta do Brasil (BARBOSA, 2015).

Porém, até a apresentação da proposta brasileira, o governo precisou demonstrar sua convicção em se afastar do Ocidente e sua retórica anticomunista e ser mais flexível com relação a sua política externa. Destarte, flexibilidade, pragmatismo e independência passam a fazer parte das diretrizes das relações exteriores brasileiras; sendo o primeiro governo não comunista a reconhecer o governo do Movimento Popular de Libertação Nacional de Angola (1975), afirmando sua autonomia frente ao bloco do qual alegadamente fazia parte (HERSHBERG, 2009). A renovação da política externa brasileira ia ao encontro de setores mais críticos das FA brasileiras. Em 1972, o vice-almirante Augusto Moreira já descrevia a necessidade de reposicionar o Brasil no Atlântico Sul e em 1977, era o General Meira Mattos que propunha uma nova estratégia para Atlântico Sul (HURRELL, 1983), a qual defendia a ampliação das capacidades aéreas e navais brasileiras, contrário à proposta estadunidense.

Com apoio de vários países, em 29 de maio de 1986, o Governo brasileiro enviou uma carta ao Secretário Geral das Nações Unidas pedindo a inclusão da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul na Quadragésima Primeira Assembleia Geral das Nações

Unidas. O conteúdo da carta possuía as razões para a criação da ZOPACAS, a saber:

a) Identidade própria do Atlântico Sul como região; b) A responsabilidade especial dos países em desenvolvimento da região sobre a área; c) A preocupação da comunidade internacional diante do aumento do poderio militar naval, qualitativo e quantitativo, de potências estranhas à região e a consequente proliferação geográfica de armas nucleares; d) A necessidade de pronta independência para a Namíbia e da erradicação do regime do Apartheid como condições essenciais para a garantia da paz na região; e) Declaração do Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação, como corolário lógico de outras iniciativas para a paz, tais como o Tratado de Tlatelolco¹⁸ e a Declaração de Desnuclearização da África (BRASIL, 1986 apud JARDIM, 1991, p.52).

O projeto final foi aprovado no dia 27 de outubro de 1986, transformando-se na Resolução 41/11, criada com o propósito de promover a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança no entorno dos 24 países¹⁹ sul-americanos e da costa ocidental da África que aderiram a tal projeto, sob a perspectiva da integração multilateral, permeada pelas iniciativas acerca das iniciativas de não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa. Segundo Barbosa (2015), o fórum foi pensado ainda para ser o principal mecanismo de articulação, no Atlântico Sul, que pretendia propiciar uma assistência mútua regional para o desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos, a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos vivos e não vivos.

Desde a sua criação, a ZOPACAS manteve uma agenda internacional destinada a tratar de temas socioeconômicos, desenvolvimento sustentável, pesquisas marinhas, assim como assuntos geopolíticos. Em um dos encontros ocorrido em Montevideu, em janeiro de 2013, o então ministro Amorim destacou a importância da união dos países participantes em torno do Atlântico Sul, argumentando que o acordo tinha um viés diferenciado por não ser voltado para um inimigo comum, mas por se tratar de iniciativa pautada na promoção da paz e cooperação entre os países do entorno do Atlântico Sul. Além disso, em seu discurso ele também frisou que o fortalecimento das relações e a cooperação entre os países do entorno contribuiria para repelir presenças e interferências externas à região, deixando clara a percepção de que o local é alvo do interesse de países localizados fora da ZOPACAS (ABDENUR; MARCONDES NETO, 2014).

Salienta-se que em 2007, enquanto a ZOPACAS era revitalizada, os EUA lançaram o

18 Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe.

19 África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

Comando dos Estados Unidos para a África – AFRICOM²⁰. Com sede na Alemanha, o comando estadunidense possui o objetivo de combater o terrorismo, a pirataria e auxiliar na prevenção dos conflitos na região, o que demonstra, de acordo com a visão americana, o respeito do país com relação ao continente. Cabe ressaltar, porém, que até o presente momento, os estadunidenses seguem votando contra a ZOPACAS (BARBOSA, 2015).

Todavia, a sede do comando fora do continente, tem uma razão, no mínimo, lógica. Os presidentes da Nigéria e Gana olhavam com desconfiança a iniciativa americana, especialmente dadas as recentes invasões estadunidenses no Oriente Médio (PENHA, 2011; ABEGUNRIN, 2009). A publicação do Conselho de Relações Internacionais dos Estados Unidos da América, em 2005, intitulada —Mais que Humanismo: Uma Abordagem Estratégica para a África, pode ter aumentado esta desconfiança, ao pontuar a existência de reservas de petróleo com baixo enxofre na região do Golfo da Guiné e prever que um a cada cinco barris de petróleo consumidos no mundo será proveniente desta região, deixando clara a necessidade de engajamento nesta área (BARBOSA, 2015).

A preocupação destes presidentes tem fundamento, principalmente, se for contextualizado com o que a Teoria da Privação Relativa descreve no capítulo dois. Pela teoria, um país forte que enfrente uma escassez de recursos em seu território, não aceitará perder seu *status quo* e buscará suprir sua demanda por recursos, onde for necessário. Outrossim, publicar um texto e conjecturar sobre a extração de um recurso que não se encontra em seu território, é motivo suficiente para que os países africanos se retraiam e fiquem alertas sobre as “boas intenções” estadunidenses. Adicionalmente, o histórico de intervenções do país em continentes alheios, se intensificou após a guerra fria, sob a alegação de contenção do comunismo, quando na verdade, percebem-se outros interesses ocultos.

Observa-se que a criação da ZOPACAS confere importância ímpar ao Atlântico Sul, espaço geoestratégico relevante para os países componentes do acordo. É interessante mencionar a objeção que os países sul-africanos demonstram quando o assunto é a interferência dos EUA. O histórico de dívidas inesgotáveis, junto ao FMI, deixando os países africanos sempre, em condições de dependência, pesaram em suas opiniões.

Em que pese, ser evidente a intenção de deixar afastadas da ZOPACAS as demais potências, sabe-se que, desde a sua criação, o continente africano tem sido ocupado, de

20 <<https://www.africom.mil>>

maneira silenciosa, pela China. Então, pode-se dizer que o Brasil não atuou efetivamente, para retardar a ocupação chinesa. Porém, os avanços do Brasil, no continente africano, realizados até o presente, tiveram a participação da MB. Sua contribuição vai além dos exercícios conjuntos, inclui o desenvolvimento da Força Naval de países amigos e colabora com a missão da diplomacia naval de estreitar os laços de amizade com os países africanos.

Diante dos fatos, considera-se que as ações desenvolvidas pelo Brasil possuem aderência com a Teoria da Privação Relativa, uma vez que foram motivadas pela percepção de ameaças e interferências externas no entorno estratégico do Brasil. Cabe ressaltar, que as ameaças aqui mencionadas, estão atreladas aos interesses de países estrangeiros em acessar as fontes de recursos existentes na região.

4.2 As missões navais na ZOPACAS

A região do Atlântico Sul tem como características uma vasta extensão territorial e um amplo número de atores. Este contexto torna impraticável que apenas um país seja capaz de determinar a agenda de segurança da região, tornando a cooperação a principal estratégia dos países litorâneos para a manutenção das relações (KHANYILE, 1998). A crescente ligação econômica e política entre os países sul-americanos e africanos reforça o entendimento de que essas nações compartilham os mesmos problemas relacionados à segurança e defesa, sendo intuitivo observar que, na medida em que a relação entre os blocos regionais se aprofunda, também o faz a ZOPACAS (BARBOSA, 2015).

Entretanto, o Brasil não possui um documento específico que estabeleça de que maneira a cooperação será alcançada e que inclua os objetivos relacionados com o Atlântico Sul. Até certo ponto, a ausência deste documento reduz a eficiência e o alinhamento das ações pelos diversos segmentos da estrutura estatal brasileira. Assim, a responsabilidade pela condução das ações e pela utilização dos recursos no Atlântico Sul recaem sobre os setores mais envolvidos, como os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores. Isso pode gerar perdas na coordenação de ações, o que desgasta a estratégia e, conseqüentemente, a capacidade de um efetivo *smart power* brasileiro no Atlântico Sul (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020).

Se por um lado falta um direcionamento no âmbito político, no MD, o Brasil possui a Política Nacional de Defesa (PND), que expressa os objetivos nacionais a serem alcançados

com vistas a assegurar a Defesa Nacional, enquanto a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece prioridades estratégicas de negação de uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder em suas referências ao entorno estratégico brasileiro (BRASIL, 2020d).

A PND enfatiza ainda, que em virtude dos laços históricos e afinidades culturais com o Brasil, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP merece especial atenção aos esforços de cooperação no campo da Defesa (BRASIL, 2020e). A END e o LBDN trazem a questão do Atlântico Sul, abrindo espaço formal para o aprofundamento da ZOPACAS (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

Acrescenta-se que a END possui como objetivo nacional de defesa (OND) a salvaguarda de pessoas, de bens, de recursos e dos interesses nacionais, situados no exterior. Para alcançar este objetivo, se utiliza da estratégia de defesa de “Emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa”, na qual estão estabelecidas ações como o incremento do relacionamento com o Setor de Defesa de outros países e das ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia (BRASIL, 2020d).

Neste ambiente que a MB, como vetor da diplomacia naval brasileira, vem atuando e colaborando para o alcance dos objetivos nacionais. Sua capacidade de permanência²¹ e mobilidade²² contribuem para que ela seja a força armada mais adequada para atuar na ZOPACAS, além de ter expertise no desenvolvimento dos exercícios conjuntos realizados na região, tornando-a mais familiarizada com o ambiente (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020). Os membros da ZOPACAS já haviam realizado exercícios militares conjuntos, como o Obangame Express, Gran African NEMO e recentemente, Guinex.

4.3 Obangame Express, Gran African NEMO e Guinex

O Golfo da Guiné está inserido na ZOPACAS e o envio de navios para a região propicia a interoperabilidade com as Marinhas locais e ratifica o compromisso do Brasil para com a segurança marítima da África. Ao longo dos exercícios, os militares africanos têm a oportunidade de embarcar e participar do cotidiano da tripulação, participando de operações no mar, que contribuem para desenvolver suas habilidades e capacidades

21Permite operar continuamente, com independência e por longos períodos.

22Capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevadas condições de aprestamento.

operacionais. Ademais, durante as visitas aos portos, a diplomacia é exercitada por meio de seus navios ao receber a bordo de autoridades locais e da própria tripulação ao terem contado com os habitantes e cultura locais (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020).

Em todas as edições da Obangame Express ²³e da Gran African NEMO²⁴, a MB participou enviando um de seus Navios-Patrolha Oceânico (NPaOc) classe “Amazonas”²⁵. Durante uma dessas comissões, o navio “Apa”, da classe “Amazonas”, foi muito elogiado por ser novo, com um projeto moderno e muito funcional (VIEIRA, 2014). Ressalta-se, entretanto, que ele não foi construído pela indústria naval nacional, o que é um ponto negativo quando o objetivo é atrair os investimentos estrangeiros. A continuação dos programas estratégicos da MB, principalmente, o PROSUB e o programa de construção das Fragatas Classe Tamandaré, são fatores preponderantes para o fomento da indústria brasileira, além de demonstrar determinação do Estado em propiciar meios para que a MB desempenhe adequadamente sua missão de proteger e dissuadir ameaças externas em seu entorno estratégico.

Na Obangame Express de 2016, no período em que o NPaOc “Araguari” estava atracado, seu Comandante ministrou uma palestra sobre os “Produtos da Indústria Naval Brasileira” em apoio à Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON). O objetivo era apresentar a indústria naval para autoridades militares da Marinha de Guerra de Angola e representantes de empresas afetas à área de defesa (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020). Apesar da MB cumprir seu papel diplomático e realizar a ponte entre a empresa nacional e os futuros compradores, o retorno ainda não veio, pelo menos para a indústria naval. Entre os anos de 2014 e 2022, não foram registradas encomendas de navios, cuja origem sejam os países das ZOPACAS. Por outro lado, percebe-se o interesse dos africanos por navios de outros países (ANEXO B).

Como descrito no capítulo dois, o poder econômico é um fator de influência. Neste quesito, ao analisar as comissões da MB foi dito que não houve um incremento da indústria

23Exercício multinacional, organizado pelo Comando dos EUA na África, que visa o fortalecimento da segurança, o aumento da cooperação marítima, o compartilhamento de informações e a capacitação dos militares da costa oeste da África na condução de ações contra atividades ilícitas praticadas no Golfo da Guiné (NASCIMENTO JUNIOR, 2020).

24Exercício que a Marinha Francesa organiza para treinar as marinhas e os centros de coordenação marítima do Golfo da Guiné, com o propósito de adestrar essas marinhas para enfrentar a insegurança marítima da região (NASCIMENTO JUNIOR, 2020).

25A MB possui três navios desta classe, construídos pela empresa BAE Systems Maritime - Naval Ships do Reino Unido (P-120 "Amazonas"; P121 – "Apa"; e P122 - "Araguari"). A incorporação à MB ocorreu entre 2012 e 2013.

naval. Porém, no que tange à segurança marítima, a presença brasileira contribuiu para capacitar as marinhas amigas e diminuir as ocorrências ilícitas no perímetro em que a MB atuava (FIG. 3). A MB conseguiu exercer seu *soft power* e como resultado notou-se, uma aproximação maior com países de língua portuguesa como Angola e São Tomé e Príncipe, localizados ao sul do Golfo da Guiné. A melhora nos procedimentos de abordagem destes países tem sido notória, coincidindo com período em que a MB começou a atuar na região. O idioma tem facilitado a troca de informações e o aprendizado dos militares africanos, o que aumenta qualitativamente os treinamentos quando comparado com marinhas que não falam português (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020).

Nos anos de 2021 e 2022, a MB participou das duas edições da Guinex. O organizador desta operação é o Brasil, que busca através das Forças Navais, promover a interoperabilidade com as Marinhas e Guardas Costeiras na área do Golfo da Guiné, atuando ainda na segurança marítima da região por meio de exercícios combinados e adestramento mútuo. Todavia, nota-se uma abordagem diferente na segunda operação, cujo enfoque maior foi estreitar os laços da MB e do Brasil, como nação, com os países da costa africana. Talvez, a presença da RPC na África e dos EUA no Atlântico Sul tenham demonstrado a relevância de uma mudança de postura efetiva por parte do Brasil, questão, inclusive, já levantada anteriormente pelo General Meira Matos, fazendo alusão às questões geopolíticas que envolvem o entorno estratégico brasileiro e por conseguinte, a ZOPACAS.

Ainda que a MB esteja aquém, em termos materiais e tecnológicos, das marinhas chinesas e americanas, atualmente, existe um esforço em manter a força aprestada para atuar em prol dos interesses nacionais. Os exercícios conjuntos multilaterais colaboram neste sentido e permitem que a MB exerça seu *soft power* junto aos países da costa africana, em especial, os de língua portuguesa. Mas se o propósito é fazer uso do *smart power*, em tese, o poder de influenciar pode ser facilitado, se forem considerados o passado histórico de subserviência do Brasil e da África perante as potências europeias. Adicionalmente, a cultura, o povo alegre e a resiliência frente às dificuldades se identificam em ambos os países, o que confere maior credibilidade ao Brasil para propor acordos de cooperação mútua.

Em vista disso, ao se utilizar a diplomacia naval como estratégia para influenciar os países africanos, aumenta-se a probabilidade de sucesso, uma vez que existe uma predileção dos militares africanos pelo embarque nos navios brasileiros para realizarem os exercícios.

Isto se justifica pela maneira cordial com que os africanos são recebidos pelos brasileiros, tornando-se mais um elemento que contribui para incrementar a admiração em relação ao Brasil e sua força naval (NASCIMENTO JÚNIOR,2020).

Por consequência, depreende-se que as ações promovidas pela instituição possuem aderência com a teoria do *smart power*, tendo em vista o aumento da segurança marítima na região do Golfo da Guiné, onde a MB participou de operações conjuntas. Contudo, em relação ao *soft power*, são poucas as evidências de que o engajamento ou cooperação entre a MB e as marinhas africanas afetam significativamente o comportamento político ou diplomático dessas nações em relação ao Brasil. Em contrapartida, sabe-se que é necessário exercer o *soft power* no âmbito interno também, com o objetivo de ampliar a mentalidade marítima e conscientizar a população brasileira quantos aos riscos de interferências externas no entorno estratégico brasileiro. Sendo esta, uma condição para que os projetos afetos à construção naval continuem recebendo o apoio da comunidade política.

4.4 Análise prospectiva

O Brasil está sujeito a desafios, tensões e instabilidades provocadas por atores do Estado e do setor privado. A crença de que as grandes potências não representam perigo para o Brasil não se sustenta, haja vista os fatos apresentados neste trabalho que colaboram com esta realidade. Outrossim, o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) é o documento através do qual a MB tem a possibilidade de transmitir às sociedades brasileira e internacional as oportunidades e ameaças que impactam o país e como ela pretende colaborar com a defesa e a segurança dos interesses nacionais (MOURA NETO; AZEVEDO, 2022).

O desconhecimento da sociedade quanto à importância do espaço marítimo impõe uma nova postura, o que torna o programa estratégico “mentalidade marítima”, do PEM 2040, fundamental para a conscientização da sociedade, pois envolve a incorporação de ações estratégicas de comunicação para aumentar a consciência coletiva da nação sobre a origem marítima do Brasil. O programa também enfatiza a necessidade de ampliar envolvimento com atores governamentais para cultivar uma mentalidade estratégica marítima autóctone, incentivando políticas públicas bem direcionadas relacionadas aos assuntos marítimos. Por último, o programa prevê que as ações envolvendo os homens e as

mulheres, cujas vidas são atreladas ao mar, deverão ser fomentadas de modo a ampliar o sentimento de pertencimento desses indivíduos à comunidade marítima brasileira e promover sua colaboração sinérgica na busca dos interesses nacionais.

Na parte afeta aos exercícios conjuntos, observou-se que não houve maior entrosamento com a Nigéria. Isto precisa ser revisto e explorado, tendo como parâmetro a importância estratégica deste país. Localizada na faixa central do Golfo da Guiné, a Nigéria desempenha importante papel geopolítico na região. O país possui a maior economia da África e segue sendo o maior produtor de petróleo do continente. Suas exportações e importações de bens tem como principais parceiros comerciais a RPC, Índia e Espanha e por utilizar o mar como o principal meio de circulação de produtos, se torna alvo de atos ilícitos cometidos no Golfo da Guiné por piratas e outros crimes que atingem diretamente a sua economia.

Ainda sobre a Nigéria, sua destacada expressão militar (*hard power*) é utilizada como instrumento de sua política externa, em relação aos demais países pertencentes à região do Golfo da Guiné. O que a possibilita também, ter papel de destaque em assuntos de segurança internacional, energia e comércio. Sendo razoável concluir que uma aproximação com a Nigéria colocaria o Brasil em uma posição estratégica fortalecida e atrairia outros países da ZOPACAS para um diálogo mais promissor sobre temas de interesse coletivo.

O Estado brasileiro, então, precisará formular ações que correlacionem os interesses dos dois países, sem deixar em segundo plano sua aproximação com os países de língua portuguesa. Neste cenário, utilizando-se da importância geopolítica da ZOPACAS, os exercícios conjuntos devem ser incentivados, pois os históricos das comissões demonstraram que tais ações contribuem para a diplomacia naval estreitar os laços de amizade e confiança entre os países do entorno estratégico.

Entretanto, cabe ressaltar que estas ações trarão resultados a médio e longo prazo, pois elas dependem de outras medidas para que surtam o efeito desejado. A continuidade dos projetos de reaparelhamento da MB é uma destas ações. Sem um poder militar adequado, a dissuasão de ameaças não poderá ser feita. Ainda que a ideia seja proteger o entorno estratégico, não se deve esquecer que os meios deverão dar condições ao Brasil de se defender de ameaças à soberania nacional.

O desenvolvimento da indústria de defesa, em especial, da indústria naval é outro ponto que deverá ser trabalhado, haja vista serem poucos os meios contratados pela MB

junto à indústria nacional. Como influenciar e incentivar o incremento das exportações, se não temos uma indústria competitiva? Assim, torna-se menos complicado entender como a RPC exerce seu *smart power* no continente africano. Ela conquista, ao investir sem interferir nos assuntos internos, ao mesmo tempo que impressiona, ao ostentar um poderio militar.

Ao finalizar este capítulo, cumpre destacar que nos próximos anos as potências continuarão intensificando suas ações para se fixar cada vez mais do Atlântico Sul. O país asiático ao fortalecer suas relações com os países da costa africana, expande sua influência e presença global. Por outro lado, os EUA, em uma tentativa de se contrapor aos chineses, ampliará sua presença na região, o que poderá trazer instabilidade política, militar e econômica. Outrossim, torna-se evidente que os dois países, em pouco tempo, garantirão um papel ativo nos assuntos regionais e internacionais, impactando na ZOPACAS.

Isto posto, caberá ao Brasil então, visando garantir seus interesses nacionais e afastar a interferência externa, ampliar sua influência diplomática, econômica e militar, com soluções que fogem ao comum, como difundir a cultura brasileira nos países da África. Em relação à política externa, dar continuidade às alianças e à participação do Brasil nos fóruns internacionais, além de manter a diplomacia naval ativa no combate a ilícitos e a MB constante na tarefa de treinar e capacitar militares africanos. Finalmente, o Estado deve dar andamento ao desenvolvimento da indústria de defesa, com ênfase nos meios navais e aeronavais, favorecendo a economia nacional e apoiando o *smart power* brasileiro.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve o propósito de analisar o redirecionamento das ações da diplomacia naval em apoio à política externa brasileira e à segurança do entorno estratégico desde o fim da Guerra Fria e, em seguida, responder a seguinte questão: a mudança na perspectiva geopolítica influenciou o redirecionamento da diplomacia naval, modificando a relação entre países a ponto de desencadear conflitos?

Para cumprir o propósito, o estudo tomou por base as mudanças geopolíticas ocorridas durante o século XXI e as iniciativas adotadas pelo Estado frente às ameaças e a possibilidade de interferência de atores extrarregionais nos assuntos internacionais e regionais afetos ao Atlântico Sul. Além disso, buscou-se identificar a aderência da teoria da privação relativa e da teoria do *smart power* nas ações do Estado com o intuito de responder as questões propostas como será descrito a seguir.

Deste modo, o capítulo teórico apresentou a evolução dos conceitos da diplomacia naval, traçando um paralelo com o final da segunda guerra mundial até os dias atuais, onde as mudanças geopolíticas acarretaram alterações nas causas dos conflitos e no modo como os países passaram a agir para alcançar os objetivos. A pesquisa identificou também que a escassez de recursos aliada a fatores econômicos e sociais, poderia causar disputas e apresentou o conceito de poder inteligente como uma alternativa bem-sucedida de repelir a guerra, através da combinação de força militar e capacidade de influenciar, sem o uso da força.

De posse da teoria, o trabalho estabeleceu uma narrativa com fatos que abordavam a crescente importância do Atlântico Sul para os países estrangeiros não pertencentes ao entorno estratégico brasileiro. Da mesma forma, a relevância deste oceano para o Brasil se refletiu em iniciativas da política externa que abrangiam deste o incremento da indústria de defesa, às tentativas de aproximação com os países da África, face à percepção de ameaças e à presença dos EUA e da RPC na região.

Em continuidade às ações desenvolvidas, o capítulo quatro tratou, especificamente, dos assuntos afetos à Estratégia Naval Brasileira, abordando a criação da ZOPACAS e enfatizando a relevância dada pela PND quanto à necessidade de cooperação com os países da África e, em especial, com os países de língua portuguesa. Neste quesito recordou-se que a MB colaborou com PND, ao participar dos exercícios conjuntos com as Forças Navais da

África e pela sua contribuição na capacitação de militares africanos. Ademais, a pesquisa possibilitou a partir da análise do redirecionamento das ações de diplomacia naval, responder se a mudança na perspectiva geopolítica influenciou no redirecionamento da diplomacia naval, modificando a relação entre países a ponto de desencadear conflitos

Em função das conclusões aqui expostas, a questão central desta pesquisa foi respondida, tendo em vista que se constatou como a mudança geopolítica influenciou os interesses estratégicos dos Estados e modificou a relação entre países, levando em alguns casos, a conflitos. Por outro lado, a teoria do *smart power* que explicou a aproximação da RPC junto aos países da África, da mesma forma, evidenciou como a atuação da MB contribuiu para reduzir os ilícitos na região do Golfo da Guiné e aumentar a aproximação com os países de língua portuguesa. Contudo, ainda que as teorias auxiliem e contribuam para entender o contexto geopolítico, a pesquisa considerou que a diplomacia naval apenas conseguirá colaborar com os objetivos estratégicos do Estado se outras ações acontecerem em paralelo.

Por fim, sugere-se que a diplomacia naval busque novos caminhos de cooperação mútua com os países componentes da ZOPACAS, visando a manutenção dos interesses nacionais e o desenvolvimento do *smart power* brasileiro.

REFERÊNCIAS

- _____. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF: MD, 2016c.
- _____. Ministério de Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa* (encaminhada para apreciação do Congresso Nacional), 2020d. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf Acesso em 03 jun. 2023.
- _____. Ministério de Defesa. *Política Nacional de Defesa* (encaminhada para apreciação do Congresso Nacional), 2020e. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivo/s/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em 03 jun. 2023.
- ABDENUR, A.; MARCONDES NETO, D. *La Creciente Influencia de China em el Atlántico Sur*. Revista CIDOB d'Àfers Internacionals, n. 102-103, p. 169-197, 2013.
- ABDENUR, A.; MARCONDES NETO, D. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (Orgs.). *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Brasília, 2014.
- ABEGUNRIN, Olayiwola. *Africa in global politics in the Twenty-first century*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- AKINER, Shirin. *The Caspian: Politics, Energy and Security*. Routledge. 2004.
- America (USA) Trade, 2021. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-Country/gha/partner/usa>. Acesso em: 06 ago. 2023.
- BAHGAT, Gawdat. *American Oil Diplomacy in the Persian Gulf and the Caspian Sea*. 2003.
- BARBOSA, Luísa Calvete Portela. *A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): criação, projeção e dimensão político-estratégica*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116730>. Acesso em 21 jul. 2023.
- BARRÍA, Cecilia. *A disputa entre China e EUA por lítio na América Latina*. BBC.com, 16 de abril de 2023. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0vz35p4pqgo> > Acesso em 08 jul. 2023.
- BRASIL. Marinha do Brasil. *Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)*. Estado -Maior da Armada, Brasília-DF:2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em 06 ago. 2023.
- BUZAN, B.; WÆVER, O. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

CABLE, James. *Gunboat Diplomacy, 1919-1991: Political Application of Limited Naval Force*. 3 ed. New York. 1994. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=GAS_DAAAQBAJ&printsec=frontcover> Acesso em 11 mai. 2023.

DECLARATION of Zone of Peace and Co-operation of the South Atlantic. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)*. New York, United Nations General Assembly, 1986. In: JARDIM, Marcelo A. de M. *A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Brasília: Instituto Rio Branco, 1991.p.171. Tese apresentada ao Curso de Altos Estudos (CAE), nº 183.

FORNILLO, Bruno. *Lítio em Sudamérica: Geopolítica, Energia y Territórios*. Grupo de Estudos em Geopolítica e Bens Comuns (GyBC). Instituto de Estudos da América Latina e do Caribe da Universidade de Buenos Aires. 2019. Disponível em:< https://www.exactas.unlp.edu.ar/uploads/docs/libro_litio_en_sudamerica.pdf> Acesso em 09 jul. 2023.

GONÇALVES, Jonuel (Org.). *Atlântico Sul XXI*. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUNEB, 2009.

HAYTON, Bill. *The South China Sea: The Struggle for Power in Asia*. Yale University Press. 2014.

HERSHBERG, James. *No Longer anyone's Sacristan: New Evidence on Brazil's Surprise Recognition of the MPLA Government in Angola*. In: SOUTHERN AFRICA IN THE NEW COLD WAR CONFERENCE. Lisbon: Fundação Luso Americana. 2009.

HOMER-DIXON, Thomas e Blitt, Jessica (1998) *Ecoviolence: links among environment, population and security*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, inc.

HURREL, Andrew. *The Politics of South Atlantic Security: a survey of proposals for a South Atlantic Treaty Organization*. International Affairs, London, v. 59, n.2, 1983. p. 179-193.

JARDIM, Marcelo A. de M. *A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Brasília: Instituto Rio Branco. Tese apresentada ao Curso de Altos Estudos (CAE), nº183, 1991.

JOBIM, Nelson. *O futuro da comunidade transatlântica*. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 10 set. 2010.

JUDT, Tony. *Postward: a history of Europe since 1945*. England. Penguin BooksLtd. 2006.

KATZENSTEIN, P.J. *Regionalism in comparative perspective. Cooperation and conflict*, v. 31, n. 2, p. 123-159, jun.1996.

KHANYILE, Moses B. *Trans-Atlantic Relations in the Southern Cone: A Common Security Agenda*. South African Journal of Military Studies, Stellenbosch, SA v.28, n.2, 1998.

MAHAN, Alfred Thayer. *The influence of sea power upon history: 1660-1783*. Nova Iorque: Dover Publication Incorporation, 1987.

Maiores produtores e consumidores de petróleo e gás natural. Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/> Acesso em: 06 ago. 2023.

MOURA NETO, Julio Soares de; AZEVEVO, Marcos Augusto Leal de. (Coordenação) *O Brasil e o mar no século XXI: subsídios para o aproveitamento sustentável do mar brasileiro.* Centro de Excelência para o Mar Brasileiro (CEMBRA), 3ª edição, Rio de Janeiro, Quiteriense Serviços Gráficos e Editoriais, 2022.

NASCIMENTO JÚNIOR, Salvan Correia do Nascimento. *A Diplomacia Naval Brasileira no Golfo da Guiné: o hiato entre a estratégia idealizada e os resultados alcançados.* Tese apresentada ao Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) da Escola de Guerra Naval (EGN). 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/844984> . Acesso em 24 jul. 2023.

NIGERIA: 2021 primary energy data in quadrillion Btu. U.S. Energy Information Administration, Washington, 05 maio 2021. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/overview/country/NGA>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NKALA, Oscar. *Namíbia Navy to Auction Long-Serving Warship.* Defense web, 19 out. 2012. Disponível em: < <https://www.defenceweb.co.za/sea/sea-sea/namibia-navy-to-auction-long-serving-warship/>> Acesso em 09 jul. 2023.

NYE, Joseph S. *O futuro do poder.* São Paulo. Benvirá. 2012.

PADILHA, Luiz. *Projeção dos Estados Unidos sobre o Atlântico Sul.* Defesa Aérea Naval, 27 de setembro de 2016. Disponível em:< <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/projecao-dos-estados-unidos-sobre-o-atlantico-sul>> Acesso em 08 jul. 2023.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul.* Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, A. R. A. *A Marinha e as novas ameaças.* Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, p.32-42, jun.2006.

SILVA, A. R. A. O Atlântico Sul na perspectiva da Segurança e da Defesa. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (Orgs.). *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul.* Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Brasília, 2014.

SOUZA, ALFR de. *A diplomacia das canhoneiras e o século XXI: uma revisão conceitual.* Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/hoplos/article/download/28786/16714/99193>> Acesso em: 30 abr. 2023.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY - OEC. Ghana (GHA) and United States of America.

TILL, Geoffrey. *Seapower: A guide for the twenty-first century*. 2 ed. New York: Routledge. 2009. 409 p.

VARGAS, Tânia Filipa. *O conflito Israelo-Árabe e os problemas da água: da escassez ao conflito*. Tese de Mestrado em Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 2013. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/23905/1/Tese_Tania_Vargas.pdf> Acesso em: 07 mai. 2023.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O Brasil na América do Sul – Uma Análise Político-Estratégica*. Revista Marítima Brasileira, v. 128, n. 07/09, jul./set. 2008.

VIEGAS FILHO, José. *A Segurança do Atlântico Sul e as Relações com a África*. Brasília: Instituto Rio Branco, 1982.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África e as Potências Emergentes: o Sul e a cooperação profana*. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 3, n. 5, jan-jun 2014, p. 41-68.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *O Brasil de Lula: Uma Diplomacia Global e Afirmativa (2003-2010)*. Astral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v.1, n.1, 2012a.

WEDIN, akin. *Estratégias Marítimas do século XXI: a contribuição do Almirante Castex*. 2015.

WIDEN, J.J. *Naval Diplomacy: A Theoretical Approach*. v.22, p.715-733, 2011.

ANEXOS A – ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Entorno Estratégico Brasileiro



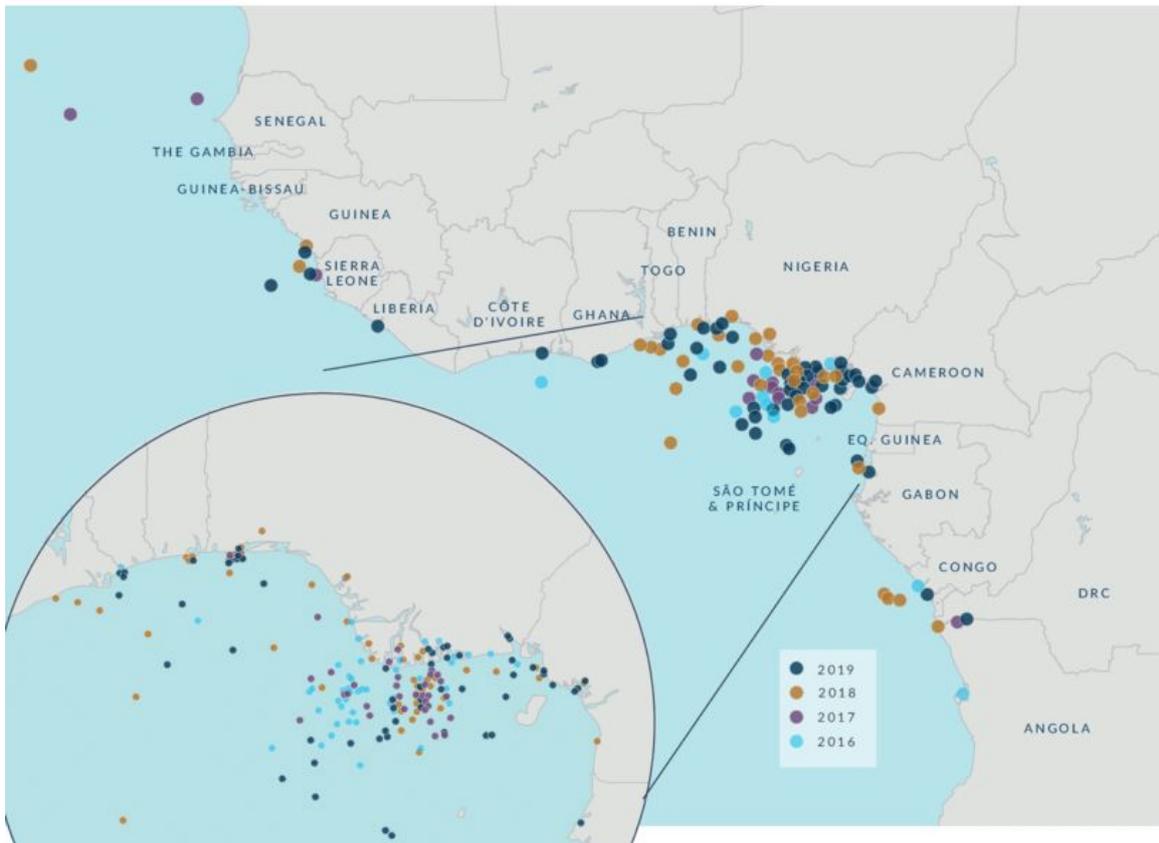
Fonte: Brasil, p. 18, 2020b.

Figura 2 – ZOPACAS



Fonte: Tito Geopolítica, 2020.

Figura 3 – Incidentes de pirataria e roubo armado no Golfo da Guiné, 2016-2019



Fonte: PIGEON E OKAFOR-YARWOOD, 2020.

ANEXOS B – TABELAS

Transferência de Navios Militares para Países da Região da África Ocidental

Information generated: 03 August 2023

Supplier/ recipient (R)	ordered	No. designation	Weapon description	Year(s) Weapon of order	Year delivery	of delivered	No. Comments
China							
R: Cameroon	2	P-108	patrol craft	2013	2014	2	
Cote d'Ivoire	1	Predator	patrol craft	(2017)	2017	1	CNY30 m (\$4.4 m) aid
Namibia	2	Type-037-1/Haiqing	patrol craft	2014	2017	2	Second-hand but modernized before delivery; aid; Namibian designation Daures
Nigeria	2	P18N	OPV	2012	2014-2016	2	NGN6.8 m (\$42 m deal)
	1	Type-62	patrol craft	2014	2015	1	Aid
	(1)	PC 46m	patrol craft	(2022)	2022	1	Probably second-hand; aid; designation uncertain (reported as '46 meters patrol boat)
France							
R: Angola	(3)	HSI-32	patrol craft	2016	2019	(3)	Part of EUR495 m deal
	2	CMN LCT	landing ship	(2021)			Delivery planned 2023-2024
	3	Ocean Eagle-43	patrol craft	(2022)	2022	1	
Cameroon	1	Grèbe	patrol craft	2012	2017	1	Second-hand but modernized before delivery; Cameroon designation Dipikar
Cote d'Ivoire	3	RPB-33	patrol craft	(2013)	2014-2016	3	
	1	P-400	patrol craft	2022	2022	1	Second-hand
Nigeria	2	FPB-110	patrol craft	(2016)	2018	2	FPB-110 Mk-2 version
	2	FPB-72	patrol craft	(2017)	2017	2	
	2	FPB-72	patrol craft	2017	2018	2	
	2	FPB-110	patrol craft	2019	2020-2021	(2)	FPB-110 Mk-2 version
	1	FPB-72	patrol craft	2019	2020	1	FPB-72 Mk-2 version
	2	FPB-98	patrol craft	(2021)			Delivery planned 2023
Senegal	1	OPV-45	patrol craft	2013	2015	1	Senegalese designation Kedougou
	1	OPV-190	OPV	2014	2016	1	OPV-190 Mk-2 version; Senegalese designation Fouladou
Togo	3	OPV-58	FAC	2019			OPV-58S version; delivery planned 2023-2024
	2	RPB-33	patrol craft	2013	2014	2	Togolese designation Agou
Israel							
R: Angola	4	Super Dvora	patrol craft	2015	2016	(4)	Super Dvora Mk-3 version
Cote d'Ivoire	2	OPV-45	patrol craft	2019			
Senegal	3	Shaldag	patrol craft	2019	2019-2020	3	Shaldag Mk-2 version; Senegalese designation Anambe
	1	Shaldag Mk-5	patrol craft	2019	2020	1	Senegalese designation Cachouane
Netherlands							
R: Nigeria	2	FCS-4008	patrol craft	2019	2021	2	From Vietnamese production line
	1	LST-100	landing ship	2019	2022	1	Nigerian designation Kada; from UAE production line
South Africa	3	SP-6211	OPV	2018	2022	1	'Mission Inshore Patrol Vessels' programme (part of 'Project Biro'); produced under licence in South Africa
Singapore							
R: Ghana	4	Flex Fighter	patrol craft/transport craft		(2020)		Delivery planned 2022
South Africa							
R: Nigeria	2	Sentinel-37m	patrol craft	2013	2015	2	
Spain							
R: Cameroon	2	Aresa-3200	patrol craft	(2012)	2014	2	
Turkiye							
R: Nigeria	2	OPV-76	OPV	2021			Delivery planned by 2024
Ukraine							
R: Equatorial Guinea	1	Wele Nzaz	frigate	(2011)	2014	1	Delivered from Bulgarian production line as civilian 'salvage/rescue ship and armed in Equatorial Guinea (with equipment from Ukraine)
United States							
R: Nigeria	1	Hamilton	OPV	(2013)	2014	1	Second-hand; aid

Fonte: SIPRI Arms Transfers Database